



# RIO GRANDE SEGUROS E PREVIDÊNCIA S.A.

CNPJ: 01.582.075/0001-90

Rua Siqueira Campos, 1.163 - 6º andar / Cep: 90010-001

continuação

resultados dos cálculos que levam em conta o total geral dos sinistros com àqueles cálculos somente dos sinistros administrativos, obtemos o IBNR dos sinistros judiciais, que nada mais é do que os sinistros ocorridos e não avisados.

### 3.13.5. Provisão de Prêmios Não Ganhos para Riscos Vigentes emitidos e Não Emitidos (PPNG e PPNG – RVNE)

A Provisão de Prêmios Não Ganhos (PPNG) é constituída pelo método *pro rata die*, considerando a parcela de prêmios e contribuições emitidos e diferidos linearmente até o fim de vigência para riscos vigentes emitidos. A Provisão de Prêmios Não Ganhos para Riscos Vigentes e Não Emitidos (PPNG-RVNE), considera uma parcela estimada para os riscos vigentes e não emitidos com base no histórico de atraso na emissão dos prêmios. A metodologia utilizada para a provisão PPNG-RVNE baseia-se na análise das estimativas de prêmios apurados pela combinação de duas metodologias, de acordo com a representatividade do faturamento de cada apólice na carteira:

(I) Para as apólices que possuem seu faturamento mensal menor que o valor de R\$ 200 mil, o método utilizado é conhecido como triângulo de *run-off*, sendo realizada a projeção com base no valor acumulado que foi emitido nos últimos meses.

(II) Para as apólices com faturamento mensal maiores que o citado, utiliza-se a média simples das últimas "n" emissões de cada apólice. Após a definição dos valores de prêmios e contribuições em atraso, é apurado um fator ponderado de PPNG-RVNE com base em médias observadas dos prêmios em atraso vigentes em seus respectivos meses.

### 3.13.6. Provisão de Excedente Financeiro (PEF)

A provisão corresponde a um percentual aplicado sobre o valor dos rendimentos que exceda a rentabilidade mínima dos planos de seguros de vida individual e previdência complementar aberta.

### 3.13.7. Provisão de Resgates e/ou Outros Valores a Regularizar (PVR)

A provisão corresponde aos valores referentes aos resgates, as devoluções de contribuições e de prêmios a serem regularizados e as portabilidades solicitadas nos planos de previdência complementar aberta que, por qualquer motivo, ainda não foram transferidas para a entidade e seguradora receptora. Há também as contribuições e prêmios recebidos e não cotizados até a data-base das Demonstrações Financeiras.

### 3.13.8. Provisão de Despesas Relacionadas (PDR)

A provisão corresponde ao valor esperado com despesas relacionadas a sinistros e benefícios. A metodologia utiliza como base os custos baseados em atividades (*ABC, Activity Based Costing*), identificando as despesas relacionadas ao pagamento de indenizações ou benefícios, abrangendo tanto as despesas que podem ser atribuídas individualmente a cada sinistro (*Allocated Loss Adjustment Expenses – ALAE*) quanto as despesas que só podem ser relacionadas aos sinistros de forma agrupada (*Unallocated Loss Adjustment Expenses – ULAE*), relacionando-os com o valor da despesa acordada contratualmente entre as seguradoras pela prestação de serviços.

### 3.13.9. Provisão de Excedente Técnico (PET)

Provisão constituída para a garantia dos valores destinados à distribuição de excedentes decorrentes de *superávit* técnico, conforme previsto em regulamento ou contrato. A provisão é calculada mensalmente com base na apuração do resultado e estimativas para cada apólice ou certificado que possua a cláusula de excedente técnico.

### 3.13.10. Provisão Complementar de Cobertura (PCC)

Provisão constituída quando constatada insuficiência nas provisões técnicas, conforme valor apurado no Teste de Adequação de Passivos (TAP), detalhada na nota 3.14.

### 3.14. Teste de Adequação dos Passivos (TAP)

A adequação dos passivos de seguros e previdência, registrados contabilmente é avaliada através de um teste visando determinar se os passivos registrados estão adequados em relação à melhor estimativa dos desembolsos líquidos de caixa projetados, decorrentes de contratos de seguros e previdência emitidos pela Companhia. Esse teste é realizado utilizando-se premissas atuariais realistas para os fluxos de caixa futuros. Estas estimativas correntes dos fluxos de caixa consideram todos os riscos assumidos até a data-base do teste, brutas de resseguro.

Para este teste, a Companhia elaborou uma metodologia que considera a sua melhor estimativa corrente dos fluxos de caixa até o final de vigência das obrigações, brutas de resseguro, utilizando premissas atuariais atuais de todos os contratos e certificados dos planos comercializados, sem considerar novas vendas e compensação de contribuições futuras. O resultado do teste é apurado pela diferença entre o valor da estimativa corrente dos fluxos de caixa e o saldo contábil das provisões técnicas na data-base. Quando aplicável, deficiências encontradas no teste são contabilizadas na PCC, com contrapartida no resultado.

Os contratos com renovação automática têm seus fluxos de caixa considerados no teste, somente até a data da renovação desses contratos. As despesas de manutenção diretamente relacionadas com a operação foram consideradas nas provisões. O resultado mensal do fluxo de caixa foi trazido a valor presente pela taxa de juros livre de risco, definida pela SUSEP (Estrutura a Termo da Taxa de Juros - ETTJ).

Para os contratos de previdência, como estimativa de sobrevivência, foram utilizadas as tábuas de mortalidade BR-EMSSb-V.2021-m e BR-EMSSb-V.2021-f. Foram consideradas saídas por cancelamento e índice de conversibilidade em renda, com base no histórico dos planos observado o período máximo de cinco anos. As rendas foram assumidas como vitalícias. Como despesas de manutenção, foram consideradas as diretamente relacionadas com a operação, diferenciadas pela fase de diferimento ou de recebimento do benefício.

Para as apólices de vida, foram utilizados como receita a projeção mensal de prêmios, considerando os riscos vigentes em dezembro/2022. Não foram considerados novos contratos nem a possibilidade de renovação das apólices. Já como despesas foram considerados os sinistros, as despesas administrativas relacionadas aos riscos vigentes, as despesas relacionadas a sinistro e comissão. Para a estimativa de sinistralidade futura foi considerada a tábua de mortalidade BR-EMSMt-V.2021 para a cobertura de morte e as tábuas de experiência própria da seguradora para as demais coberturas da carteira. As curvas de aviso e de pagamentos de sinistros, o percentual de reenquadramento dos sinistros, o percentual de comissão, as despesas administrativas e as relacionadas a sinistro foram apuradas com base no histórico dos planos observado o período máximo de cinco anos. No que diz respeito a resseguro, os fluxos consideram uma projeção de repasse de prêmio de resseguro, com base nos últimos 12 meses, a ser aplicada sobre o fluxo do passivo e a sinistralidade é mensurada com base nos sinistros ocorridos que foram cobertos pelos contratos.

### 3.15. Estimativas contábeis

As Demonstrações incluem estimativas e premissas que são revisadas, no mínimo, anualmente, tais como: valor recuperável dos instrumentos financeiros que não estejam marcados a valor de mercado, valor recuperável dos créditos tributários, teste de Adequação de Passivos (TAP) dos passivos de seguros, cálculo das provisões técnicas de seguros, valor das provisões civis, fiscais e trabalhistas, bem como a classificação exigida pela norma contábil (possível, provável e remota), cálculo da vida útil dos ativos, citando as mais relevantes. Mesmo assim, os resultados efetivos podem ser diferentes daqueles estabelecidos por essas melhores estimativas e premissas, no momento de valorização e de revisão desses valores, dados os comportamentos dos mercados em que esses ativos e passivos estão inseridos.

O reconhecimento contábil da variação entre os valores estimados e realizados é efetuado no resultado do período.

### 3.16. Novas normas contábeis ainda não adotadas

Os pronunciamentos a seguir entrarão em vigor para períodos após a data destas Demonstrações:

#### 3.16.1. CPC 48 – Instrumentos financeiros

O CPC 48 estabelece novos modelos para classificação e mensuração de instrumentos financeiros, mensuração de perdas esperadas de crédito para ativos financeiros e contratos, como também novos requisitos sobre a contabilização de *hedge*. A Companhia optou por aplicar a isenção temporária do CPC 48 e continuará a aplicar o CPC 38 até a data efetiva do CPC 50.

#### 3.16.2. CPC 50 – Contratos de seguros

O CPC 50 estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de contratos de seguros. O objetivo do CPC 50 é assegurar que uma entidade forneça informações relevantes que representem fielmente esses contratos. Essas informações fornecem uma base para os usuários das demonstrações financeiras avaliarem o efeito que os contratos de seguro têm sobre a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Companhia.

O CPC 50 entrou em vigor em 1º de janeiro de 2023 e será aplicável quando referendado pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP).

### 4. Gestão de riscos

O Grupo Icatu possui uma estrutura de gestão de riscos interna e corporativa, que ao fazer uma gestão unificada, consegue obter benefícios como: sinergia, padronização, entre outros.

A estrutura de gestão de riscos do Grupo Icatu, conforme definição dada pela Resolução CNSP 416, de 20 de julho de 2021, tem como finalidade suportar o alcance dos seus objetivos estratégicos. Os desvios desses objetivos são mapeados como riscos e suas principais categorias são riscos de crédito, mercado, liquidez, operacional, estratégico e de subscrição.

Para executar sua função, o Grupo Icatu nomeia o gestor responsável pelos controles internos como figura central de todo o processo e como o responsável pelo monitoramento

e apoio à todas as atividades executadas no âmbito da estrutura de gestão de riscos, bem como pela emissão de relatórios para análise do comitê de risco, do comitê de auditoria, da diretoria e do conselho de administração, através de atribuições previstas em seus estatutos aprovados.

O gestor organiza as suas atividades em ciclos de gestão de riscos, que são constituídos em etapas, sendo elas identificação, mensuração, manutenção, tratamento de riscos e monitoramento. Tais mapeamentos e análises são consolidados no perfil de riscos corporativos. Como forma de tratar os itens mapeados no perfil de riscos, o Grupo Icatu adota o sistema de controles internos que é composto por processos, procedimentos e unidades operacionais responsáveis por mitigá-los.

De forma a considerar a distribuição de funções, as unidades de negócio e áreas das Companhias do Grupo Icatu estão organizadas em grupos de acordo com suas responsabilidades. Embora tenham responsabilidades distintas, todas atividades estão relacionadas e devem estar alinhadas conforme detalhes abaixo:

Corpo Administrativo: composto pelas unidades que determinam a direção, estratégias, valores e apetites do negócio. As diretrizes de gestão de riscos são desenvolvidas com as áreas que compõem esse grupo.

Gestão: composto pelas unidades que executam as atividades que garantem o cumprimento dos objetivos traçados pelo corpo administrativo. Esse grupo se divide em primeira e segunda linhas, conforme melhor explicado abaixo:

- As áreas que compõem a primeira linha são as áreas que executam as atividades relacionadas a entregas de produtos e serviços do Grupo Icatu, incluindo as áreas que fornecem apoio nessa execução. Tais áreas também assumem a responsabilidade de identificar e gerir seus riscos através da adoção de controles e ajustes em seus processos.

- A segunda linha é composta pelas áreas que centralizam e coordenam atividades de gestão de riscos do Grupo Icatu. Tais áreas são responsáveis pelo apoio metodológico, supervisão da execução das atividades de controle e agente facilitador da comunicação entre as unidades operacionais e demais áreas do Grupo Icatu.

- A terceira linha é composta pela auditoria interna que atua na avaliação da efetividade dos trabalhos executados pelas demais linhas.

Os riscos mapeados e monitorados são classificados de acordo com a sua probabilidade e seu potencial de impacto financeiro, considerando a maturidade dos controles já implementados. Os níveis de classificação podem ser: crítico, severo, moderado e reduzido.

O gestor promove a definição de nível de aceitação dos riscos junto ao conselho de administração. Tais níveis são formalizados como apetite a riscos. O apetite a risco define quanto e quais as perdas o Grupo Icatu está de acordo em assumir na busca por seus objetivos estratégicos, permitindo o alinhamento entre as exposições financeiras a riscos das mais variadas áreas de negócio ao apetite global da entidade e aos apetites específicos, também formalizados pela entidade.

O apetite a risco global e os apetites por categorias são descritos de forma quantitativa e qualitativa e formalizados na Declaração de Apetite de Riscos.

Todas as diretrizes, procedimentos e definições relacionadas a estrutura de gestão de riscos descrita acima estão formalizadas na Política de Gestão de Riscos, que é anualmente revisada e aprovada pelo Conselho de Administração.

Por fim, destaca-se que a estrutura de gestão de riscos descrita acima atende a todas as empresas do Grupo Icatu, garantindo assim a consistência dos processos, metodologias e ferramentas e a comparabilidade.

### 4.1. Gerenciamento, acompanhamento e mensuração dos riscos

#### 4.1.1. Principais riscos associados

##### 4.1.1.1. Risco de crédito

Consiste na possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes de não cumprimento pelas contrapartes (emissores de créditos e resseguradoras), de suas obrigações financeiras nos termos pactuados.

Os limites à exposição ao risco de crédito relativo às aplicações financeiras são estabelecidos por meio da política de investimentos para cada companhia do Grupo Icatu. Em relação as emissões de empresas financeiras, não financeiras ou quotas de fundos de investimento, é adotada uma metodologia baseada na análise de aspectos quantitativos e qualitativos dos emissores.

Os *ratings* em escala nacional das emissões de títulos privados presentes, diretamente ou indiretamente, nas carteiras de investimentos das empresas do Grupo Icatu. São considerados aqueles atribuídos somente pelas agências Fitch, S&P e Moody's. Na hipótese de mais de uma agência avaliar a mesma emissão, será utilizada o *rating* da avaliação mais recente. Caso não esteja disponível a nota da emissão, deverá ser utilizada a do emissor, se disponível.

O monitoramento do risco de crédito é estabelecido por meio de uma análise de *ratings* e *duration* que estima uma exposição a perda usando probabilidade de *default* dos ativos.

##### 4.1.1.1.1. Principais riscos associados aos investimentos

A análise de crédito é realizada, principalmente, através de *rating* atribuído por agências externas de classificação de riscos.

Em 31 de dezembro de 2022, R\$ 280.665, correspondentes a 92,40% (R\$ 264.924 correspondentes a 77,43% em 31 de dezembro de 2021) das aplicações financeiras nestas datas (exceto fundos previdenciários), estão alocadas em títulos emitidos pelo tesouro nacional (risco soberano) ou em ativos da menor categoria de risco possível (classe AAA), seguindo melhores práticas de mercado. O volume de aplicações em operações compromissadas lastreadas nos títulos públicos federais totaliza R\$ 22.208 (R\$ 75.117 em 31 de dezembro de 2021).

Para os fundos de investimentos atrelados a planos de previdência de contribuição variável ou definida (ou seja, sem garantias contratuais), o risco de crédito é de R\$ 3.472.404 (R\$ 2.263.307 em 31 de dezembro de 2021).

Quotas de fundos de investimento não exclusivos e outras aplicações totalizam R\$ 874 em 31 de dezembro de 2022 (R\$ 765 em 31 de dezembro de 2021). As alocações em fundos de investimentos não exclusivos que incluem títulos públicos, privados, ações e derivativos, estão sujeitas as suas respectivas políticas de investimentos, as quais estão associadas aos seus respectivos níveis de riscos.

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, não há exposição a créditos privados detidos diretamente ou através de fundo de investimento exclusivo.

##### 4.1.1.1.2. Principais riscos associados ao resseguro

Além das exigências definidas pela legislação vigente para a colocação de contratos de resseguro, a controlada adota um procedimento criterioso na escolha dos resseguradores que participam do seu programa de resseguro, conforme procedimentos e requisitos definidos em sua Política de Resseguro, documento formal, aprovado e publicado pelos comitês do Grupo Icatu adequados, onde estão definidas as regras gerais a serem observadas no processo de contratação de operações de resseguro.

Vale observar, ainda, que a Companhia possui estudo específico sobre a Redução ao Valor Recuperável – RdVR de contratos de resseguro, onde é levado em consideração o histórico de recuperações dos créditos com os resseguradores, reforçando ainda mais o controle ao risco de crédito.

A Companhia opera contratos de resseguro proporcionais e não proporcionais, automáticos ou facultativos. O principal contrato de resseguro da Companhia é automático e não proporcional, estruturado na modalidade de excesso de danos, relacionado a carteira de Seguro de Pessoas Coletivo e Individual, bem como a produtos de Risco de Previdência.

No quadro abaixo é demonstrada a exposição da Companhia ao risco de crédito em operações de resseguro em 31 de dezembro de 2022:

Tipo ressegurador	Rating	31/12/2022		31/12/2021	
		Exposi-ção (R\$)	Exposi-ção (%)	Exposi-ção (R\$)	Exposi-ção (%)
Admitida	A+ pela Standard & Poor's	9	0,03%	14	0,06%
Admitida	AA- pela Standard & Poor's	4.679	18,32%	2.802	12,63%
Eventual	A+ pela Standard & Poor's	11	0,04%	-	0,00%
Eventual	AA- pela Standard & Poor's	1.585	6,21%	-	0,00%
Local	AA- pela Standard & Poor's	12.401	48,56%	13.789	62,16%
Local	A- pela A. M. Best Company	4.778	18,71%	5.105	23,01%
Local	B++ pela A. M. Best Company	2.072	8,11%	473	2,14%
<b>Total</b>		<b>25.535</b>	<b>100,00%</b>	<b>22.183</b>	<b>100,00%</b>

#### 4.1.1.2. Risco de mercado

O controle do risco de mercado é baseado no modelo *Value at Risk - VaR*, que demonstra a maior perda esperada de um ativo ou carteira, para um determinado horizonte de tempo e dada uma probabilidade de ocorrência.

A Companhia tem como procedimento em sua política de monitoramento de riscos, a análise periódica de sua carteira de investimentos com o intuito de avaliar a sua volatilidade, por meio de mudanças que podem trazer alterações significativas nos resultados.

Tal política é realizada pelas áreas de controles de investimentos, em conjunto com a unidade de gestão de riscos, e revista anualmente. A principal metodologia empregada pela Companhia para o gerenciamento do risco de mercado é o cálculo do *VaR (Value at Risk)* paramétrico.

Além do cálculo do *VaR*, são realizados testes de *stress* para verificar a perda potencial em cenários extremos. O risco de mercado é acompanhado por meio de relatórios de

periodicidade mínima mensal e análises quando o cenário de mercado é alterado, com informações sobre o *VaR* e nível de stress da carteira.

A análise de sensibilidade das aplicações financeiras foi elaborada levando em consideração:

(I) O *VaR* paramétrico: perda máxima esperada da carteira, a dado nível de confiança em horizonte de tempo determinado. O horizonte de *VaR* é de 1 mês, estimado utilizando dados históricos desde dezembro de 2010, com nível de confiança de 95%, e metodologia *EWMA* (Médias Móveis Exponencialmente Ponderadas) para o cálculo da volatilidade, com Lambda variando conforme fator de risco.

(II) *DV01 (dólar-value for one basis-point)*: medida de sensibilidade do preço de um título de renda fixa em relação à variação de 1 (um) *basis-point* (0,01%) na taxa de juros a qual sua remuneração está associada.

No quadro a seguir são apresentadas para a Companhia:

- A perda máxima esperada em um mês com 95% de confiança, por meio da metodologia *VaR* paramétrico;

- A perda com a oscilação de 1 (um) *basis-point* (0,01%) na taxa de juros pela metodologia *DV01*.

- O fator de decaimento Lambda da metodologia *EWMA*.

Fatores de risco	31/12/2022		31/12/2021	
	DIV-01	EWMA	DIV-01	EWMA
Pré-fixado – DI	- 0,95	-	(1)	- 0,88
Taxa referencial	- 0,95	-	-	- 0,90
IGPM	- 0,95	-	-	- 0,98
IPCA	(11)	0,95 1.079	(19)	0,99 1.478
Ações	- 0,95	-	-	- 0,96

#### 4.1.1.3. Risco de liquidez

O risco de liquidez consiste na possibilidade da Companhia não responder aos seus compromissos de pagamentos em função do descausamento de prazo entre seus ativos e passivos, ou da queda do valor dos ativos em função da falta de liquidez destes no mercado.

A administração possui visibilidade diária da carteira da Companhia e, sempre que necessário, realiza ajustes nas posições dos investimentos, para adequar a carteira de investimentos com a demanda de liquidez.

Para os ativos financeiros, o risco de liquidez de curto prazo é controlado utilizando a projeção do fluxo de caixa da Companhia. A necessidade de liquidez de longo prazo é monitorada por meio do gerenciamento de ativos e passivos (*ALM - Assets and Liabilities Management*) em avaliações periódicas, considerando estimativas de fluxos de recebimentos e desembolsos segundo premissas definidas internamente em comitê de investimentos.

As tabelas a seguir apresentam os principais ativos e passivos da Companhia, classificados segundo os prazos de vencimento contratuais de seus fluxos de caixa, sem considerar a intenção de negociação ou marcação desses ativos.

Ativos e passivos	31/12/2022			
	De 1 a 2 anos		Acima de 2 anos	
	Até 1 ano	anos	anos	Total
Caixa e bancos	13.277	-	-	13.277
Equivalente de caixa	6.848	-	-	6.848
Aplicações financeiras	769.674	551.466	2.448.162	3.769.302
Crédito das operações de seguros e previdência	61.080	-	-	61.080
Ativos de resseguro - provisões técnicas	8.796	1.807	2.859	13.462
Títulos e créditos a receber	24.403	-	-	24.403
<b>Total de ativos</b>	<b>884.078</b>	<b>553.273</b>	<b>2.451.021</b>	<b>3.888.372</b>
Contas a pagar	25.239	10.030	-	35.269
Provisões técnicas	876.082	925.885	1.940.923	3.742.890
Débito das operações	25.695	-	-	25.695
Depósitos de terceiros	8.686	-	-	8.686
<b>Total de passivos</b>	<b>935.702</b>	<b>935.915</b>	<b>1.940.923</b>	<b>3.812.540</b>

Ativos e passivos	31/12/2021			
	De 1 a 2 anos		Acima de 2 anos	
	Até 1 ano	anos	anos	Total
Caixa e bancos	4.043	-	-	4.043
Equivalente de caixa	26.651	-	-	26.651
Aplicações financeiras	753.805	302.814	1.520.843	2.577.462
Crédito das operações de seguros e previdência	106.641	-	-	106.641
Ativos de resseguro - provisões técnicas	9.389	1.503	1.844	12.736
Títulos e créditos a receber	12.300	-	-	12.300
<b>Total de ativos</b>	<b>912.829</b>	<b>304.317</b>	<b>1.522.687</b>	<b>2.739.833</b>
Contas a pagar	45.676	-	-	45.676
Provisões técnicas	682.797	679.765	1.172.136	2.534.698
Débito das operações	41.415	-	-	41.415
Depósitos de terceiros	1.435	-	-	1.435
<b>Total de passivos</b>	<b>771.323</b>	<b>679.765</b>	<b>1.172.136</b>	<b>2.623.224</b>

Os ativos financeiros, em sua maioria, possuem liquidez imediata e podem ser resgatados a qualquer momento. Desta forma a expectativa de exigibilidade e realização avaliadas com prazos distintos no *aging* não representa risco.

#### 4.1.1.4. Risco operacional

Risco operacional é resultante de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, decorrentes de fraudes ou eventos externos, incluindo os riscos legal, de *compliance* e cibernéticos e excluindo os riscos decorrentes de decisões estratégicas e inerentes a reputação da instituição.

A gestão desses riscos integra a gestão de riscos corporativos do Grupo Icatu e tem foco na identificação, avaliação e resposta aos riscos, que possam comprometer o alcance dos objetivos dos processos.

O processo de identificação dos riscos operacionais é realizado através da análise dos processos organizacionais e seus objetivos. Os riscos identificados são quantificados através de graduação de frequência específica gerando planos de ação caso necessário, sendo que a graduação de impacto é idêntica a utilizada para os demais riscos.

A metodologia utilizada objetiva mensurar a exposição dos riscos operacionais antes da ação dos controles (risco inerente) e após a ação dos controles (risco residual).

As informações e registros dos riscos identificados, seus controles e os respectivos planos de ação de resposta são controlados e gerenciados pela área gestão de riscos operacionais e controles internos. O gestor de riscos reporta estes resultados à diretoria e ao conselho de administração, se necessário.

A gestão de riscos operacionais também conta com a manutenção de um banco de dados com os registros dos eventos que se materializaram ou podem vir a ensejar perdas operacionais. Este banco de dados permite um acompanhamento dos registros das perdas ocorridas nas companhias elegíveis do Grupo Icatu e a identificação das causas e controles que possam mitigar a existência de novas ocorrências similares.

Na esfera de risco legal, a avaliação é realizada de forma contínua pela área jurídica do Grupo Icatu, realizando análises de contratos corporativos, avaliando demandas internas e participando da formação de novos produtos a serem lançados, além de fornecer todo o subsídio para os processos judiciais do Grupo Icatu.

Para os riscos de *Compliance*, os quais decorrem do não cumprimento das leis e/ou regulamentações, o Grupo Icatu possui uma estrutura de *Compliance*, responsável por estabelecer mecanismos de controle para garantir que os mais diversos processos estejam sendo realizados de acordo com todos os requisitos legais e em sintonia com os princípios éticos.

Os riscos de fraude fazem parte do ciclo de gestão de riscos coordenados pelas áreas que compõem a segunda linha. As exposições são mapeadas em conjunto com as unidades de negócios, são avaliadas e tratadas conforme níveis de criticidade apontados.